

PERSPECTIVA EPISTEMOLÓGICA SOBRE ACESSIBILIDADE CURRICULAR PARA ESTUDANTES SURDOS NO ENSINO MÉDIO

Thiago Godinho Durand ¹

Eva Paulino de Assis ²

Mirtes Cabral Ribeiro ³

RESUMO

O ensino médio é considerado como nível de escolarização que enfrenta vários obstáculos estruturais como a evasão escolar, a distorção idade-série, a superlotação nas salas de aula, a infraestrutura precária e dilemas com o mercado de trabalho. E o que dizer sobre os desafios dos estudantes surdos ao cursar o Ensino Médio que além dessas questões apontadas ainda existe a falta de acessibilidade curricular durante o ensino. Assim, este estudo teve como objetivo analisar a acessibilidade curricular dos estudantes surdos no Ensino Médio no que diz respeito aos desafios e as oportunidades para práticas inclusivas, por meio da revisão da literatura. Trata-se de uma pesquisa documental, baseada em artigos dos últimos cinco anos (2020-2024), selecionados na base de dados Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO). Os resultados indicaram que os principais desafios para garantir a acessibilidade curricular aos estudantes surdos no EM envolvem a necessidade de adaptar o ambiente escolar e a falta de infraestrutura, como intérpretes de Libras e materiais didáticos acessíveis. As oportunidades para práticas inclusivas incluem a adoção de metodologias ativas e o uso de recursos visuais multimodais, que incentivam a participação dos estudantes surdos. Conclui-se que, para uma efetiva acessibilidade curricular, é essencial superar obstáculos relacionados aos docentes e gestores, como a falta de capacitação e a resistência institucional.

Palavras-chave: Acessibilidade Curricular, Práticas Inclusivas, Surdez, Ensino Médio.

INTRODUÇÃO

A Acessibilidade curricular (AC) é entendida como a adaptação e flexibilização dos conteúdos, métodos, recursos e práticas pedagógicas (PPs) de modo a atender às necessidades educacionais específicas dos alunos, garantindo que todos possam participar e aprender de forma equitativa. Ela vai além da simples modificação de materiais, buscando integrar estratégias e suportes que permitam aos estudantes, especialmente aqueles com deficiência, acessar o conhecimento em condições de igualdade com seus pares (Monteiro, 2023).

A inclusão educacional (IE) de pessoas surdas no Brasil possui uma trajetória que remonta ao século XIX, quando o Instituto Nacional de Surdos-Mudos foi fundado com apoio do governo imperial. Desde então, legislações sucessivas têm promovido o direito à educação especializada e bilíngue, como a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, que asseguram a acessibilidade educacional com adaptações específicas para estudantes

1. Bolsista PFA/PROPEGI/UPE, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional, thiago.durand@upe.br

2. Bolsista CAPES/PROEB, Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional, eva.deassis@upe.br

3. Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional, mirtes.lira@upe.br

surdos. A LDB, revisada em 2021, reforçou esses direitos ao reconhecer formalmente a Libras como uma modalidade linguística essencial para a educação inclusiva e equitativa, especialmente ao integrar esses alunos no sistema regular de ensino (Monteiro, 2023).

Atualmente, o ensino médio (EM) constitui uma etapa educacional onde se demanda atenção especial para a acessibilidade curricular de alunos surdos (ASs). Essa fase, crucial para o desenvolvimento acadêmico e pessoal dos jovens, exige práticas pedagógicas que considerem suas particularidades linguísticas, culturais e cognitivas. No contexto brasileiro, a legislação aponta para a educação bilíngue como um meio eficaz de promover essa acessibilidade, mas a implementação prática dessas medidas ainda precisa ser detalhada e aprimorada (Gauquelin, 2023).

No entanto, nesta fase da vida, as barreiras à acessibilidade curricular persistem, muitas vezes resultando em práticas pedagógicas que não atendem integralmente às necessidades dos estudantes surdos. A falta de adaptação dos métodos de ensino e de recursos específicos, como intérpretes e materiais visuais adequados, pode comprometer a inclusão efetiva desses alunos, limitando seu acesso ao conhecimento e sua integração com a comunidade escolar (Gauquelin, 2023). Portanto, a problemática deste estudo centrou-se na seguinte pergunta de partida: quais desafios e oportunidades na AC do EM podem efetivamente promover a inclusão e o aprendizado equitativo de ASs?

Assim, o objetivo principal deste estudo foi de analisar a AC no EM para a inclusão de ASs, com foco nos desafios e oportunidades de práticas inclusivas (PIs) que contribuem para o aprendizado equitativo através da literatura. Já os secundários incluíram: expor a AC de alunos surdos de acordo com o art. 3; avaliar quais PPs específicas podem ajudar a melhorar a inclusão destes alunos e, também compreender os principais desafios enfrentados por professores e gestores na implementação de uma AC que atenda às necessidades específicas destes alunos.

Este estudo é uma Pesquisa documental e teve como banco de dados Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), através das palavras-chave: Acessibilidade Curricular, Estudantes. Práticas Inclusivas e Surdez e utilizando nestas bases operador booleano "and". Os critérios de inclusão foram: artigos e livros e publicados nos últimos cinco anos, ou seja, entre 2020 e 2024 e estudos em espanhol, português e inglês. Já os de exclusão foram: artigos duplicados e os que não atenderam os de inclusão, principalmente relacionado ao ano da publicação.

Os resultados mostraram que os principais desafios incluem: a falta de capacitação profissional de professores e de gestores, de infraestrutura adequada e, também de inovações

pedagógicas. Para isso, é preciso investir em uma estrutura adequada, além de treinamentos contínuos a esses funcionários, e em inovações tecnológicas.

METODOLOGIA

Este estudo trata-se de uma Pesquisa documental, utilizando a Scientific Electronic Library Online (SciELO) como banco de dados para a coleta de informações. A estratégia de busca foi desenhada para identificar publicações relevantes através de uma combinação das palavras-chave: Acessibilidade Curricular, Estudantes, Práticas Inclusivas e Surdez. Tais termos foram interligados pelo operador booleano "AND" para refinar os resultados.

Os critérios de inclusão definidos abrangeram artigos e livros publicados em português no período compreendido entre 2020 e 2024, garantindo a atualidade do referencial teórico. Os critérios de exclusão visaram a eliminação de artigos duplicados, em outros idiomas e de qualquer material que não atendesse integralmente aos critérios de inclusão estabelecidos, com especial atenção àqueles que fugiam ao recorte temporal dos últimos cinco anos.

ACESSIBILIDADE CURRICULAR (AC) NO ENSINO MÉDIO DE ALUNOS SURDOS: EXPOSIÇÕES INICIAIS COM FOCO NO ART. 3 DO DECRETO DE Nº 5.626/2005 E OUTRAS LEIS

A AC no EM de ASs é um processo essencial para a promoção de uma educação inclusiva (EI) e equitativa, onde as adaptações e a criação de condições específicas de aprendizagem para esse grupo devem ocorrer de forma abrangente e sistemática (Lippe, 2024).

Esse movimento é amplamente amparado pelo Art. 3º deste decreto que regulamenta a Lei nº 10.436/2002 e dispõe sobre a inclusão dos ASs, bem como da Língua Brasileira de Sinais (Libras) nos diferentes níveis de ensino. Esse artigo é explícito ao definir que cabe às instituições educacionais brasileiras fornecer, além do conteúdo acadêmico, os recursos adequados para que os ASs possam acessar o currículo e participar ativamente de todo o processo de ensino-aprendizagem, o que requer adaptações pedagógicas, a formação de profissionais habilitados e a implementação de práticas pedagógicas que contemplem as especificidades desse público (Lippe, 2024).

A LDB, de nº 9.394/1996, reforça o papel do EM como etapa de formação integral que deve contemplar a diversidade e atender às necessidades específicas dos estudantes, incluindo aqueles com deficiência auditiva, e o Decreto nº 7.611/2011 complementa essa normativa ao definir que o atendimento especializado deve ser oferecido em todos os níveis educacionais.

Com isso, a aplicação do Art. 3º no contexto da AC implica que as escolas precisam ir além do ensino tradicional, adequando o currículo e os métodos de ensino às necessidades linguísticas e comunicacionais dos ASs, o que inclui a presença de intérpretes de Libras, materiais didáticos acessíveis, o desenvolvimento de estratégias de comunicação visual e a sensibilização da comunidade escolar (Assunção, 2021).

Dessa forma, o cumprimento deste artigo exige que o ensino de Libras seja integrado na formação de professores e que se garanta a disponibilidade de intérpretes em sala de aula, pois a presença desses profissionais é fundamental para que os ASs compreendam o conteúdo ministrado e tenham uma experiência educacional que respeite suas especificidades. Ademais, a AC, envolve uma adaptação curricular que favoreça a inclusão de todos os estudantes, utilizando métodos visuais e promovendo atividades que reforcem o aprendizado por meio de uma linguagem acessível, ampliando as oportunidades de participação e interação dos ASs nas práticas pedagógicas (Assunção, 2021).

A construção de um ambiente de ensino acessível para o público surdo no EM deve contemplar ainda o uso de tecnologias de apoio, que, conforme estabelecido pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, de 2008, visam aprimorar a comunicação e a compreensão dos conteúdos. O uso de plataformas digitais, legendas em vídeo e atividades baseadas em estímulos visuais facilita o processo de assimilação de conceitos e promove uma interação mais rica e contextualizada com o conteúdo acadêmico, pois considera os desafios específicos da audição e fomenta uma experiência educacional mais inclusiva e participativa (Bezerra, 2020).

Além disso, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), que estabelece os direitos fundamentais destes grupos, incluindo o acesso à educação em condições de igualdade, fortalece o compromisso das instituições de ensino com a inclusão plena dos ASs no EM. Esse dispositivo exige que o processo de adaptação curricular e as práticas inclusivas sejam continuamente aprimorados, a fim de garantir que o conteúdo didático seja compreensível para todos os estudantes, promovendo a equidade no ambiente escolar.

Assim, a implementação de uma AC para ASs no EM, conforme previsto no Art. 3º de 2005, requer uma abordagem sistêmica que considere as especificidades linguísticas e comunicacionais dos estudantes e que envolva toda a comunidade escolar, desde gestores até docentes e alunos.

A AC no EM para a inclusão de ASs: desafios e oportunidades de práticas inclusivas

Para promover uma EI e equitativa, a AC deve considerar as necessidades específicas dos ASs no EM, possibilitando que tenham acesso ao conhecimento e desenvolvimento acadêmico em condições de igualdade com os demais. Considerar as características visuais da aprendizagem surda não se limita a adaptar a comunicação, mas inclui uma transformação na forma de ensinar, incorporando estratégias visuais, materiais adaptados e uma abordagem pedagógica que respeite as especificidades linguísticas e culturais desses alunos.

Além disso, as PPs que atendem aos alunos ouvintes nem sempre correspondem às formas de aquisição de conhecimento dos alunos surdos. A metodologia voltada para ASs deve ultrapassar o simples uso do alfabeto manual ou a presença de um intérprete em sala, sendo crucial que a cultura surda seja inserida no processo de aprendizagem, considerando a sua visualidade e que sua língua também é visual (Santiago; Martins, 2024).

Para que a AC realmente funcione, os educadores devem planejar aulas com recursos multimodais que se conectem à realidade visual dos ASs, como o uso de gráficos, ilustrações e vídeos com legenda, além de práticas que permitam a expressão visual e corporal. Isso exige uma inovação no currículo e na prática docente, com o desenvolvimento de conteúdos que valorizem o potencial dos ASs e possibilitem o desenvolvimento de suas habilidades intelectuais em sincronia com sua identidade. Ao incluir esses elementos, os educadores criam um espaço de aprendizado em que o conhecimento é transmitido de maneira inclusiva e significativa, ampliando o engajamento e o desenvolvimento dos ASs (Mercado, 2020).

A AC surge como um elemento crucial nesse processo, atuando como um conjunto de práticas e estratégias que ajustam o conteúdo pedagógico e as metodologias de ensino às necessidades específicas dos ASs. No entanto, essa implementação requer adaptações profundas que envolvem tanto o currículo quanto os recursos pedagógicos disponíveis, além de transformações nos ambientes de aprendizagem para que possam, efetivamente, contemplar as particularidades desses alunos (Rodrigues, 2020).

A estrutura curricular do EM precisa ser moldada para proporcionar condições que favoreçam a compreensão e a participação dos ASs, respeitando suas formas próprias de interação e expressão. A AC envolve modificar, adaptar e até reestruturar os métodos de ensino convencionais, possibilitando que esses estudantes recebam o mesmo conteúdo que os demais colegas, mas de uma maneira acessível e inclusiva. Ademais, a tradução de conteúdos e conceitos em Libras é apenas um dos componentes dessa adaptação. Outro ponto importante

trata-se da diversificação de materiais de apoio, como textos visuais, vídeos legendados e outras ferramentas que facilitem o entendimento dos temas abordados em sala (Melo *et al.*, 2023).

Outro aspecto desafiador, de acordo com Melo *et al.*, (2023), reside na ausência de infraestrutura adequada em várias escolas do EM do país, o que compromete a implementação plena da AC. Salas com iluminação e acústica inapropriadas, por exemplo, podem dificultar a leitura labial e a visibilidade de sinais, essenciais para a compreensão dos ASs. Além disso, adaptar o ambiente físico da escola é um investimento que exige tempo e recursos, o que muitos locais, principalmente as públicas, não têm.

A falta de formação específica para professores e demais profissionais da educação representa uma barreira relevante para a inclusão eficaz dos ASs. Muitos docentes do EM, apesar de capacitados em suas áreas de ensino, desconhecem as especificidades dos processos de aprendizado dos alunos surdos, o que dificulta a implementação de uma AC verdadeiramente inclusiva (Brito *et al.*, 2021).

Além da capacitação de professores, o apoio institucional e o investimento em recursos pedagógicos são fundamentais para garantir uma AC eficiente. Ferramentas tecnológicas, como softwares de transcrição e tradução de conteúdo para Libras, plataformas interativas e recursos audiovisuais adaptados tornam-se essenciais para que esses estudantes participem plenamente do processo de ensino-aprendizagem. No entanto, o acesso a essas ferramentas nem sempre é viável, especialmente em escolas que enfrentam limitações orçamentárias.

Sobre as oportunidades de inclusão, existem várias. No que diz respeito ao desenvolvimento de competências socioemocionais, a inclusão dos ASs gera uma oportunidade de enriquecimento coletivo para toda a comunidade escolar. Por meio de dinâmicas de grupo e atividades colaborativas, professores podem promover um ambiente onde todos os alunos, independentemente de suas habilidades auditivas, se sintam valorizados e apoiados. Isso contribui para a formação de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor, onde a diferença é vista como uma fonte de aprendizado para todos os envolvidos (Rodrigues, 2020).

A inclusão dos ASs no EM também impõe reflexões sobre o papel da comunidade escolar como um todo na construção de práticas inclusivas. A colaboração entre professores, coordenadores pedagógicos e intérpretes de Libras é indispensável para a criação de um ambiente educativo que reconheça e valorize as singularidades dos ASs. Esse trabalho em equipe permite a identificação de desafios específicos enfrentados pelos alunos surdos, possibilitando a formulação de estratégias personalizadas que potencializem o aprendizado. Com o engajamento coletivo, a AC deixa de ser apenas uma adaptação pontual e torna-se uma

transformação contínua da prática educacional, promovendo o respeito à diversidade e incentivando a inclusão de forma integrada e sustentada (Martins; Lopes, 2024).

Outro aspecto a ser considerado na implementação da AC destes alunos é a avaliação adaptada, que deve considerar as particularidades de cada um deles, sem prejudicar o rigor acadêmico. Avaliações em formatos acessíveis, como provas visuais e atividades práticas, podem medir com maior precisão o desempenho dos ASs, permitindo que sejam avaliados de forma justa e coerente com as adaptações pedagógicas. A adaptação dos métodos de avaliação, além de promover a inclusão, facilita a identificação de áreas de dificuldade específicas para esses alunos, possibilitando intervenções pedagógicas mais direcionadas e eficazes (Turan; Yoka; Yoka, 2021).

Portanto, a promoção de uma AC que contemple as necessidades dos ASs no EM requer um compromisso contínuo com a inovação e a flexibilidade no ensino, além do engajamento de todos os envolvidos na educação, incluindo gestores, professores, familiares e os próprios alunos. Ademais, a valorização da cultura surda e o respeito às identidades linguísticas dos ASs são elementos que fortalecem o processo inclusivo e contribuem para que esses estudantes se sintam parte ativa da comunidade escolar (Turan; Yoka; Yoka, 2021).

As PP's que podem ajudar a melhorar a inclusão destes alunos no EM:

Para promover uma inclusão efetiva dos ASs no EM, o uso de PPs inovadoras pode transformar a experiência de aprendizagem, ampliando a participação e engajamento desses estudantes. De acordo com Preve (2022), a aplicação de metodologias ativas (MAs) é uma estratégia potente, uma vez que essas práticas colocam o aluno no centro do processo educativo e incentivam sua autonomia. A aprendizagem baseada em projetos (ABP), por exemplo, pode ser adaptada para que os ASs participem de atividades práticas e colaborativas, desenvolvendo habilidades que vão além do conteúdo acadêmico. Além disso, projetos que envolvem criação de materiais visuais, vídeos com legendas e apresentações em Libras, por exemplo, permitem que os ASs explorem suas potencialidades e contribuam de forma significativa, fortalecendo a integração com os colegas.

Outra prática eficaz é o uso da sala de aula invertida (SAI), onde os alunos estudam o conteúdo de forma independente em casa e utilizam o tempo de aula para esclarecer dúvidas e desenvolver atividades práticas. Para os ASs, essa metodologia permite um maior controle sobre o tempo de estudo e o uso de materiais acessíveis, como vídeos legendados e recursos

visuais. Ao chegarem em sala, esses alunos podem aproveitar o suporte direto dos professores e intérpretes, facilitando a compreensão dos conteúdos. Além disso, a SAI promove um ambiente mais interativo e colaborativo, permitindo que os ASs se envolvam ativamente nas discussões e nas atividades de grupo (Preve, 2022).

O uso de tecnologias digitais é outra PP que pode melhorar substancialmente a inclusão dos ASs no EM, ou seja, a EI. Ferramentas como aplicativos de tradução para Libras, plataformas com conteúdos visualmente adaptados permitem que os ASs acompanhem as aulas de maneira mais dinâmica e compreensível. Ademais, em plataformas de aprendizagem online, o uso de legendas automáticas e a possibilidade de interação por meio de chats escritos criam um ambiente de aprendizado mais inclusivo. Essas tecnologias tornam o ensino mais acessível e facilitam a adaptação curricular, promovendo a participação ativa dos ASs e permitindo que os professores ajustem os conteúdos de acordo com as necessidades de cada aluno (Albuquerque, 2023).

Outra PP inclusiva é o ensino por meio da Gamificação. Jogos de tabuleiro adaptados e dinâmicas interativas incentivam a participação dos ASs de forma divertida e colaborativa, aumentando o engajamento e a motivação, sendo que, quando as atividades são estruturadas para serem visuais e intuitivas, os ASs têm a oportunidade de desenvolver habilidades cognitivas e sociais enquanto interagem com os colegas. Ademais, a gamificação do conteúdo permite que os alunos explorem o aprendizado em um formato mais descontraído e adaptável, transformando conceitos abstratos em experiências tangíveis e compreensíveis (Albuquerque, 2023).

Sena (2022), afirma que os mapas conceituais e mentais também são estratégias eficazes para promover a inclusão dos ASs, pois permitem a visualização de conceitos complexos de forma organizada e clara. Esses recursos facilitam o entendimento das conexões entre os conteúdos e podem ser adaptados com símbolos e imagens para reforçar o significado dos conceitos, posto que, ao utilizar mapas visuais durante as aulas, os professores podem estruturar o conteúdo de maneira que seja acessível a todos os alunos, possibilitando que os ASs acompanhem o raciocínio e as ideias apresentadas de forma linear e compreensível.

A realização de oficinas colaborativas e atividades de laboratório é mais uma prática que promove a inclusão, especialmente quando adaptadas para a compreensão visual dos ASs. Nessas atividades, os alunos podem observar demonstrações e experimentos, trabalhando de maneira prática e colaborativa com os colegas. O ensino por meio de oficinas é satisfatório,

pois permite a integração de múltiplas linguagens e formas de expressão, criando um espaço de aprendizado no qual os ASs se sentem motivados a participar ativamente (Sena, 2022).

Desafios que professores e gestores enfrentam na promoção da AC destes estudantes no EM

A dificuldade dos professores e diretores em promover a inclusão escolar de ASs no EM, principalmente em escolas públicas é um tema relevante, pois abrange questões como a identificação das lacunas na formação especializada e os desafios enfrentados na prática pedagógica e na comunicação. Essas dificuldades impactam diretamente a capacidade dos educadores em implementar uma EI de qualidade para esses estudantes. A escola, nesse contexto, pode ser tanto um ambiente que valoriza e fortalece a identidade dos alunos com deficiência auditiva quanto um espaço que, em certos casos, contribui para o enfraquecimento ou desintegração dessa identidade, dependendo da abordagem inclusiva adotada (Gauquelin, 2023).

Um dos principais obstáculos está na criação de um ambiente de aprendizagem realmente inclusivo, uma vez que muitos educadores ainda não possuem formação específica sobre as necessidades dos ASs. Sem uma base sólida em Libras ou estratégias de ensino visuais, professores enfrentam dificuldades para transmitir o conteúdo de forma eficaz, o que limita o acesso dos ASs ao conhecimento e pode comprometer seu desempenho acadêmico. Nesse contexto, gestores são desafiados a buscar programas de capacitação continuada, mas a disponibilidade e o custo dessas formações ainda são barreiras consideráveis, especialmente em redes de ensino com poucos recursos (Maciel, 2024).

A resistência ou o desconhecimento em relação à EI também constitui um desafio cultural e institucional que gestores e educadores precisam superar. Muitos profissionais da educação ainda não compreendem plenamente o impacto que a falta de AC tem sobre o desenvolvimento dos ASs, o que reforça práticas pedagógicas pouco inclusivas. Nessa perspectiva, os gestores precisam promover uma mudança de mentalidade entre a equipe escolar, incentivando o desenvolvimento de atitudes mais inclusivas e de empatia com as particularidades dos alunos surdos. Esse processo demanda tempo e, muitas vezes, uma reestruturação das diretrizes e valores institucionais, o que pode gerar resistências internas, exigindo um trabalho de sensibilização e conscientização constante (Gonzales, 2022).

Além disso, de acordo com Gonzales (2022), os gestores enfrentam questões administrativas e orçamentárias para implementar recursos específicos, como intérpretes de

Libras e materiais didáticos adaptados. Em muitos casos, a contratação de intérpretes ou a aquisição de tecnologias voltadas aos ASs esbarra em limitações financeiras e burocráticas, especialmente em instituições públicas, que dependem de repasses do governo e, frequentemente, não recebem os recursos necessários.

Silva *et al.*, (2021), afirmam que a criação de avaliações acessíveis também representa um desafio, já que os métodos avaliativos tradicionais nem sempre consideram a diversidade dos alunos. Professores precisam desenvolver instrumentos de avaliação que contemplem a experiência visual e outras formas de expressão para que os ASs sejam avaliados de maneira justa e coerente com suas habilidades e necessidades específicas. Isso requer um esforço adicional dos educadores na construção de avaliações diversificadas, o que aumenta a carga de trabalho e exige criatividade para equilibrar as exigências curriculares com as adaptações necessárias.

Outro ponto desafiador é a comunicação entre professores, intérpretes e ASs, pois cada um desempenha um papel diferente e indispensável na construção da aprendizagem. A colaboração entre professores e intérpretes de Libras precisa ser estruturada para que o conteúdo chegue aos ASs de maneira clara e significativa. No entanto, essa cooperação exige uma preparação prévia das aulas e uma interação contínua entre esses profissionais, o que muitas vezes é dificultado pela falta de tempo e pela alta carga horária dos docentes.

Por fim, a falta de material didático acessível e adaptado ao contexto dos ASs representa um desafio significativo para professores, que precisam criar e adaptar conteúdos para torná-los visualmente compreensíveis e inclusivos. Muitas vezes, os materiais pedagógicos disponíveis não contemplam a diversidade das necessidades dos ASs, e cabe ao professor adaptar ou criar ferramentas para viabilizar a compreensão dos conteúdos. Esse processo é demorado e pode ser desgastante, exigindo que gestores busquem formas de apoiar seus docentes, seja por meio de investimentos em materiais específicos, seja promovendo o compartilhamento de boas práticas entre os professores (Silva *et al.*, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi de analisar a AC no EM para a inclusão de ASs, com foco nos desafios e oportunidades de práticas inclusivas que contribuem para o aprendizado equitativo através da literatura

Conclui-se que os principais desafios para promover a AC destes estudantes no EM incluem a necessidade de adaptar o ambiente escolar e a falta de infraestrutura, como intérpretes de Libras e materiais didáticos acessíveis. Já as oportunidades para práticas inclusivas envolvem a adoção de metodologias ativas, e o uso de recursos visuais multimodais que engajem os ASSs.

Porém, para a efetividade dessas práticas, é crucial superar a falta de capacitação dos educadores e a resistência institucional a mudanças. Além disso, é necessário enfrentar a escassez de recursos para intérpretes e tecnologias, garantindo planejamento e comunicação entre professores e intérpretes.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, C, L, de. **As tecnologias digitais da informação e comunicação (TDICs) no ensino de Química para estudantes surdos no ensino médio.** 2023. 56f. Monografia (Licenciatura em Química) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, Ipojuca, 2023.

ASSUNÇÃO, D, L. **A lei de diretrizes e bases de 9.394/96 e seus impactos na educação brasileira.** 2021. 19 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2021.

BARBOSA, A, V, P. Considerações sobre a (s) tentativa (s) de desmonte da educação especial na perspectiva da educação inclusiva (2016-2022). **Das Amazônias**, v. 7, n. 1, p. 60-72, 2024.

BEZERRA, G, F. A Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: a problemática do profissional de apoio à inclusão escolar como um de seus efeitos. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 26, n. 4, p. 673-688, 2020.

BRITO, M, D, O. *et al.* OS Desafios dos Tradutores–Intérpretes de Libras no Processo de Inclusão dos Alunos Surdos nas Aulas de Língua Portuguesa em Tempos de Pandemia. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 2, p. 16-34, 2021.

GAUQUELIN, E, M, G, de O. Dificuldades docentes para a inclusão escolar de alunos surdos no ensino médio da Escola Pública Estadual no Município de Macapá, Brasil. **Rebena-Revista Brasileira de Ensino e Aprendizagem**, v. 7, p. 153-161, 2023.

GONZALES, D, de F, B. **Alfabetização e letramento: desafios e possibilidades na prática pedagógica no ensino bilíngue de surdos.** 2022. 128f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2022.

LIPPE, E, M, O. Educação de Surdos: A importância da disciplina Língua Brasileira de Sinais na formação de pedagogos: Education of the Deaf: The importance of the Brazilian Sign

Language discipline in the training of pedagogues. **Revista Cocar**, v. 20, n. 38, p. 1-18, 2024.

MACIEL, J, T. Desafios para a educação de surdos em escola pública do Distrito Federal: um estudo na escola pública da asa sul. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar-ISSN 2675-6218**, v. 5, n. 1, p. 1-26, 2024.

MELO, S, M, S. *et al.* Desafios de tradutores intérpretes de libras e estudantes surdos nas aulas remotas em tempos de pandemia. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 14, n. 42, p. 481-494, 2023.

MENCATO, R de S. A Libras como disciplina curricular, promovendo a inclusão entre a surdos e ouvintes. **Revista Intellectus**, v. 59, n. 1, p. 276-276, 2020.

MONTEIRO, R, de F, F,V. **Acessibilidade metodológica no ensino de química para estudantes surdos: uma proposta de formação continuada para professores**. 2023. 136f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba, João Pessoa, 2023.

PREVE, A. **Técnica da Controvérsia Controlada: uma Visão da Metodologia Ativa para o Ensino de Ciências Direcionado a Alunos Surdos**. 2022. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Biologia) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2022.

RODRIGUES, S, M. **Professores de língua portuguesa e alunos surdos do ensino médio integrado do IFAM/CMC: considerações acerca do processo inclusivo**. 2020. 144f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino Tecnológico) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2020.

SANTIAGO, M, C; MARTINS, G, P, T, C. Justiça curricular e educação de surdos: encontro possível?. **Conhecimento & Diversidade**, v. 16, n. 42, p. 27-42, 2024.

SENA, L, de S. **A gamificação no ensino médio: estratégia de inclusão e de aprendizagem multidisciplinar de estudantes surdos**. 2022. 144f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva em Rede Nacional) - Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2022.

SILVA, V, P, S. *et al.* Escritos sobre os desafios da gestão escolar na implementação da Libras para a inclusão na escola pública. **REVISTA FACULDADE FAMEN**, v. 2, n. 1, p. 130-140, 2021.

TURAN, M, B; YOKA, O; YOKA, K. Exame de atitudes em relação ao esporte, autoeficácia geral e satisfação de vida de alunos surdos do ensino médio. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, p. 1524-1543, 2021.